

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG ) Nº 06.2016.00008371-0

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **ADRIANA DANIEL**, brasileira, divorciada, empresária, RG nº 3.490.830 e inscrita no CPF sob o nº 004.692.319-55, com endereço na Rua Eliseu Di Bernardes, nº 277, apto. 702, Campinas, Município de São José/SC, CEP 88101-050, telefone (48) 99931-0826, doravante denominado compromissária, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85 (Lei da Ação Civil Pública), e **CONSIDERANDO**:

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- Que as Áreas de Preservação Permanente - APP, localizadas em cada posse ou propriedade, são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não

por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

- Que, conforme previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), é utilizado o princípio de poluidor-pagador, cuja norma de direito ambiental visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente;

- O que restou apurado no **Inquérito Civil Público (SIG) nº 06.2016.00008371-0**, cujos documentos coligidos dão conta que a compromissária destruiu vegetação nativa, em estágio médio de regeneração, localizada em área de preservação permanente (margem de curso d'água), com o corte de espécies ameaçadas de extinção, na localidade da Estrada Mariquita Alta, s/nº, Bairro Colônia Santana, no Município de São José-SC, tudo feito sem qualquer tipo de autorização ambiental;

- Que eventuais infrações penais, são independentes e já foram averiguadas em apartado através da Ação Penal nº 0900646-22.2015.8.24.0064, em curso perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de São José;

- Que o Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não havendo a possibilidade de reparação por meio das medidas indicadas no artigo anterior ou não sendo elas suficientes para assegurar o resultado prático equivalente ao adimplemento total das obrigações, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias;

- Por fim, que a "comunidade da Mariquita é caracterizada por sítios familiares, com criações de animais (bovinos, equinos, aves diversas), recreação e lazer. Do ponto de vista ambiental, a área do entorno é bem preservada, com vegetação nativa [...]" (Relatório nº

053/2017/FMADS), e tendo em vista que as construções existentes no imóvel encontram-se em situação visivelmente consolidadas, e que uma possível demolição poderia levar a maiores danos ao meio ambiente, visto que, conforme mencionado no citado relatório da Fundação Municipal, "verificou-se uma recuperação natural da vegetação em andamento, com espécies pioneiras colonizando (arbustos e arvoretas), mas também a presença de palmiteiro, indicando que se deixada em pousio, tal área irá se regenerar com o tempo em função do banco de sementes no solo, da dispersão de sementes do remanescente florestal do entorno imediato e pela avifauna abundante na região."

**RESOLVEM** celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, nos seguintes **TERMOS**:

**DAS OBRIGAÇÕES:**

**Cláusula 1ª** - Implantar/executar o Plano de Recuperação da Área Degradada – PRAD já apresentado, no prazo de noventa (90) dias, para promover ao aumento da cobertura arbórea no local, incluindo as margens do curso d'água, com o desenvolvimento pleno da regeneração natural da Floresta Ombrófila Densa na área da clareira, com o monitoramento ambiental do PRAD, semestralmente, pelo período de 2 (dois) anos, para avaliar o grau de sucesso das atividades desenvolvidas, mediante emissão de relatório técnico, podendo, inclusive, ofertar competente relatório técnico no sentido de comprovar que já houve a implantação, caso em que, o acompanhamento ocorrerá nas mesmas circunstâncias, mas em período de **1 (um) ano**.

**Cláusula 2ª** - Realizar a regularização da Reserva Legal no terreno (20% do total do imóvel em área florestal e fora de APP), com a respectiva inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, bem como a averbação de área de compensação ambiental sobre remanescente de Floresta Ombrófila Densa fora de APP, consoante os termos do Projeto apresentado – PRAD, no prazo de 30 (trinta) dias;

**Cláusula 3ª** - Obrigação de cumprir, como medida compensatória prevista no art. 9º, inciso IX, da Lei nº 6.938/81, o pagamento no montante de:

- R\$ 2.000,00 (dois mil reais), recolhido em 4 (quatro) parcelas, com vencimento a cada trinta (30) dias, sendo a primeira a

contar da assinatura do presente, mediante guias expedidas pela 10ª Promotoria de Justiça – Curadoria do Meio Ambiente, ao **Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina**, criado pela Lei nº 15.694/2011, regulamentado pelo Decreto nº 808/2012, conforme art. 13, da Lei nº 7.347/85; e,

- R\$ 2.000,00 (dois mil reais), recolhido em 4 (quatro) parcelas, com vencimento a cada trinta (30) dias, sendo a primeira a contar da assinatura do presente, mediante depósito/transferência para a conta bancária do **Fundo Municipal do Meio Ambiente de São José**, CNPJ nº 30.808.461/0001-56, Caixa Econômica Federal (Banco 104), Agência nº 3078, Operação nº 006, Conta nº 710108, juntando o respectivo comprovante nos autos no prazo de dez (10) dias.

**Cláusula 4ª** - Perdimento das madeiras/lenhas oriundas do corte objeto dos Autos de Infração Ambiental nºs 040452 "A", 040453 "A" e 040454 "A", lavrados pela Polícia Militar Ambiental, ou comprovação do apodrecimento e, assim, desaparecimento, mediante fotografias datadas do local onde estavam depositadas, devendo ser apresentada ao Ministério Público Estadual, junto a 10ª Promotoria de Justiça, no prazo de trinta (30) dias, o respectivo comprovante;

**Cláusula 5ª** - A obrigação de prestar contas nos autos do procedimento administrativo a ser instaurado para fiscalização do cumprimento do presente ajuste, no prazo de 10 (dez) dias, contados do final do prazo estipulado em cada cláusula.

**Cláusula 6ª** - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra a compromissária, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

#### **DA MULTA:**

**Cláusula 7ª:** O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pelo compromissário, de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina.

**DA EXECUÇÃO:**

**Cláusula 8ª:** Na hipótese de não cumprimento pelo compromissário, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula anterior (7ª), o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

**DA VIGÊNCIA:**

**Cláusula 9ª:** O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual será contados todos os prazos acima estipulados.

**9.1 –** Os prazos acima fixados poderão ser eventualmente prorrogados a pedido da compromissária, independentemente de Termo Aditivo, desde que apresentada justificativa razoável para o atraso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas (02) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 10 de julho de 2019.

**Raul de Araujo Santos Neto**  
Promotor de Justiça  
Curadoria do Meio Ambiente

**Adriana Daniel**  
Compromissária

**TESTEMUNHAS:**

**Fernanda de M. Pagani Luz**  
RG nº 4.151.184

**Thays Cristina V. Schumacher**  
RG nº 5.091.80